

## A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ONTEM E HOJE: QUAIS AS PERSPECTIVAS?

Prof. Dr. Raimundo Helvécio Almeida Aguiar<sup>1</sup>

O propósito deste estudo é discutir a educação de jovens adultos, dando ênfase a sua trajetória histórica e ao direito que foi negado a esse segmento etário até chegar-se à ampliação dessa modalidade de educação ao ensino médio integrado profissionalizante. Pesquisas e estudos dão conta de que são necessários entre doze e treze anos de escolaridade para que uma pessoa esteja apta a partilhar da cultura escrita, lendo e escrevendo a realidade com autonomia e experiência (PAIVA, 2006). Para isso, é importante que as pessoas não apenas se alfabetizem, mas que façam uso das práticas de leitura e de escrita compreensivas que a sociedade exige.

As chamadas “políticas públicas” da Educação de Jovens e Adultos e de Educação Profissional, historicamente, nunca estiveram inseridas nas “grandes políticas” educacionais no Brasil. Sempre estiveram à margem como programas, projetos, campanhas e outras práticas, muitas vezes eleitoreiras e vinculadas a interesses imediatistas das elites dominantes. Essas práticas têm sido predominantes desde a década de 40 do século passado, principalmente constituída por campanhas de alfabetização, que se mantêm até hoje:

a) **Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos - CEAA (1947/1952)**, a primeira campanha de massa, regulamentada pelo Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP), para atender à UNESCO – nessa época o Brasil já detinha mais de 50% de adultos analfabetos (Fávero, 2004). Caracterizou-se fundamentalmente pelo seu aspecto extensivo, ampliando as redes estaduais de ensino supletivo. Inspirada no princípio da rentabilidade e produtividade demarcava um período do processo de alfabetização em três meses e, a partir de então, o adulto estava livre para capacitação profissional de atividades que não exigem o saber elaborado;

b) **Campanha Nacional de Educação Rural (CNER - 1952/1963)**, que se apresentou como um desdobramento da campanha acima mencionada. Sua criação foi considerada um dos pontos altos em favor do movimento rural, na época;

c) **Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA - 1958/1963)** seu programa destinava-se a diversas faixas etárias, objetivando combater o analfabetismo em todas as frentes;

d) **Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL - 1967/1985)**, na época da ditadura militar no Brasil, que trás a lógica da alfabetização funcional e da semi-profissionalização. O objetivo era “erradicar” o analfabetismo e também inserir o alunado na indústria;

e) **Cruzada Ação Básica Cristã**, conhecida como Cruzada ABC, vinculada à Igreja Católica;

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação, Sociedade e Cultura pela UNICAMP. Professor do Departamento de Estudos Especializados da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Texto produzido para utilização em sala de aula e posterior publicação. Maio de 2009.

f) **Programa Alfabetização Solidária (PAS)** inicialmente programa do Governo Federal e hoje como uma ONG;

g) **Programa Brasil Alfabetizado (do Governo Federal)**, iniciado em 2003, permanecendo até os dias atuais.

Essas iniciativas demonstram que a Educação de Jovens e Adultos esteve sempre atrelada a projetos assistencialistas e compensatórios. Para Paiva (op.cit.) as experiências dessa modalidade têm se dado muito na perspectiva de cursos noturnos, em horários ociosos de escolas públicas do Ensino Fundamental ou privadas, com estrutura insuficiente para garantir a qualidade educacional necessária. Esse contexto é também, insuficiente para dar conta da demanda em potencial de jovens e adultos existentes no Brasil e do cumprimento ao direito preconizado na Constituição Federal de 1988, no artigo 208 (1).

Tentativas de ruptura dessa realidade aconteceram em dois momentos significativos. O primeiro advém de 1958, do II Congresso da Educação de Adultos, realizado no Rio de Janeiro, convocado pelo governo federal, a partir da desmoralização e declínio da CEAA. Esse Congresso teve o objetivo de fazer uma revisão, juntamente com os profissionais da educação, do que se fizera no Brasil em termos de Campanha de Alfabetização e de buscar soluções mais adequadas para o problema do analfabetismo adulto.

Aquele evento foi antecedido por estudos apresentados em Seminários Regionais, que geraram 270 teses. Nesse contexto, mereceu destaque a proposta de um grupo de educadores nordestinos liderados por Paulo Freire. O grupo apresentou um relatório que invertia toda a lógica até então concebida pelo governo federal e implantada nos estados e municípios. Freire trouxe um referencial teórico voltado exclusivamente para a Educação de Adultos, que para Moura (2004), é único até os dias atuais. Referencial esse pautado nos princípios que valorizavam o saber e a cultura dos educandos, considerados produtores do conhecimento e engajados em uma educação dialógica.

Para Moura (2005) marcava-se dessa forma o início de um novo período na educação de adultos. Aquele que se caracteriza pela intensa busca de maior preocupação metodológica e de inovações importantes nesse campo; pelo destaque da reflexão sobre o social no pensamento pedagógico brasileiro e pelos esforços realizados pelos mais diversos grupos, em favor da educação da população adulta para a participação na vida política do país. No entanto, nada se fez para que medidas concretas acontecessem em favor de uma nova lógica para a educação de adultos.

O segundo momento deu-se no final dos anos de 1970 e início de 1980, quando do retorno das eleições diretas para prefeitos, após o período da ditadura militar que passou o Brasil. Naquele momento as lutas sociais impulsionaram o Estado a realizar na prática as conquistas constitucionais do direito à educação, instaurando a dimensão nas políticas públicas, em lugar de ofertas efêmeras, traduzidas em programas e projetos. Demarcava-se uma nova institucionalidade na Educação de Jovens e Adultos.

Essa nova institucionalização aponta para uma dimensão de política pública de resgate de direito à educação; implica sistematicidade de financiamento; previsão

orçamentária com projeção de crescimento da oferta em relação à demanda e a continuidade das ações políticas de Estado e não de alternância de governos, que não se caracterizam a longo tempo.

É importante salientar que, essas iniciativas, ficaram apenas nas prefeituras de administrações populares, atingindo os estados e os municípios do Sul, Sudeste e alguns do Nordeste. Essas foram de fato experiências muito significativas. A partir do ano de 2000 as municipalidades, em sua maioria, têm tentado corresponder às necessidades de Educação de Jovens e Adultos, realizando cursos de alfabetização por meio de programas federais e o I e II Segmentos. São ações atreladas aos recursos do Programa de Financiamento, denominado Recomeço, atualmente com o nome de Fazendo Escola, que garante dentre outras ações, o pagamento de professor temporário, a merenda escolar e a compra de material didático, sem esquecer a formação continuada dos professores. Caracteriza mais uma vez a ausência de política de estado.

Paiva (2006), afirma que existem municipalidades realmente sensíveis aos anseios dessa demanda e têm dado respostas para a Educação de Jovens e Adultos. Seus gestores sabem que governam para todos. Essas experiências são de grande importância, porque vêm construindo saberes, lideranças e legitimidade política.

É crescente a necessidade de demanda social por políticas públicas, nessa modalidade de ensino e em outras áreas. As políticas públicas que almejamos devem resultar em um corpo teórico bem estabelecido. E que respeitem as dimensões sociais, econômicas, culturais, cognitivas e afetivas desse jovem e adulto, em situação de aprendizagem escolar.

Nessa luta, se insere os Fóruns de Educação de Jovens, que surgiram em 1996, existentes atualmente em todos estados do Brasil, alguns como o de Minas Gerais com ramificações regionais. Reconhecidos desde 2004, pelo Ministério da Educação (MEC), como interlocutores de políticas públicas, assumem o desafio de organizar especialmente a Educação de Jovens e Adultos, como política pública, não se limitando apenas à alfabetização, assumindo-a como um processo que se dá ao longo da vida.

Os Fóruns de Educação de Jovens e Adultos constituem-se em espaços plurais, que envolvem diversos segmentos governamentais e não-governamentais. São instâncias participativas que objetivam articular e socializar as experiências da área, bem como intervir nas políticas públicas. Os fóruns são parte de um movimento nacional o que permite o estabelecimento de uma grande interlocução em todo país.

É a partir também de 2004 na afirmação de Paiva (2006) que o governo brasileiro investe no alargamento político de Educação de Jovens e Adultos, entendendo que um programa de alfabetização é muito limitado para garantir o direito constitucional. Complementa a pesquisadora que: [...] a continuidade de estudos é meta inalienável da Educação de Jovens e Adultos, também se pôs, como desafio, a garantia do ensino médio por via da mesma modalidade (op. cit., p. 22).

Nessa mesma direção Moura (2006a) citando Ireland et alii (2004) aponta para uma política pública para a Educação de Jovens e Adultos de forma humanizadora da educação, não se restringido a “tempos próprios” e faixas etárias, mas que se faz ao longo da vida, de acordo com a Declaração de Hamburgo de 1997. Essa ampliação

conceitual implica reconhecer que esse é um campo complexo, que envolve diversas dimensões que não podem ser limitada apenas ao ensino, mas à educação. Para aquele pesquisador (2006a, p. 6):

[...] o que realmente se pretende é a formação humana, no seu sentido lato, com o acesso ao universo de saberes e conhecimentos científicos e tecnológicos, produzidos historicamente pela humanidade, integrada a uma formação profissional que permita compreender o mundo, compreender no mundo e nele atuar na busca de melhoria das próprias condições de vida e da construção de uma sociedade socialmente justa. A perspectiva precisa ser, portanto, de formação na vida e para a vida e não apenas de qualificação para o trabalho.

O pesquisador ressalta que, pensar dessa forma é não subsumir o sujeito à inclusão da lógica do mercado de trabalho, mas assumir a formação do cidadão que se produz, o que produz o mundo pelo trabalho. Esse extenso mundo do trabalho, não apenas das modernas tecnologias, mas de toda a construção histórica que homens e mulheres realizaram.

O autor afirma, ainda, que com isso não está se referindo que todos esses sujeitos que passaram por esse processo terão garantia de emprego ou melhoria material de vida, mas abrirão possibilidades de se enriquecerem com outras possibilidades. De se enriquecerem com outras referências culturais, sociais, históricas, laborais e no sentido freireano, terão possibilidades de ler o mundo, estando no mundo e compreendendo de forma diferente da anterior do seu processo formativo.

A Educação de Jovens e Adultos tem uma amplitude de sujeitos, pois envolve aqueles que ficam a margem do sistema, com atributos sempre acentuados em consequência de fatores adicionais como raça/etnia, cor, gêneros entre outros. Negros, quilombolas, mulheres, indígenas, camponeses, ribeirinhos, pescadores, jovens, idosos, subempregados, desempregados, trabalhadores informais. Entre esses existem predominantemente, aqueles que nunca estudaram, ou tiveram e têm trajetórias escolares interrompidas ou, em outras palavras, o aluno ou aluna da Educação de Jovens e Adultos que foi expulso ou expulsa da escola dita regular, ou a ela nunca chegou. A partir de então está fora da idade considerada “ideal”, determinada por lei.

Santos (2006, p. 39) afirma que a Educação de Jovens e Adultos situa-se em um campo pedagógico conceitual que denominou de “desordem” (1) e justifica:

Desordem porque rompe com a construção moderna da escola dividida, organizada em séries, em etapas que define um sujeito ‘pronto’ no conhecimento fundamental; um sujeito ‘pronto’ no conhecimento médio, um sujeito ‘pronto’ no conhecimento para algum ofício quando o princípio da Educação de Jovens e Adultos é a Educação ao longo da vida.

A autora baseia a sua crítica no sentido de dizer que nunca estamos prontos, sempre os sujeitos vivenciam novas aprendizagens, uma vez que a vida nos propõe metamorfoses, advindas de outros conhecimentos, novos conhecimentos.

É nesse cenário de lutas e embates pedagógicos que a Educação de Jovens e Adultos, aponta para uma outra *institucionalidade* (grifo nosso). A perspectiva de uma educação ao longo e ao largo da vida, que significa continuidade de estudos até o nível

superior a um público portador de escolaridade interrompida, fator limitador de chances de melhor inserção na vida social e no mundo do trabalho (MACHADO, 2006, p. 27).

Explicita Paiva (2006) que a ampliação na modalidade de Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental para o Ensino Médio Profissionalizante não é um presente do governo. É apenas um ponto de chegada. Ponto esse: “[...] fruto da luta social organizada, da qual os Fóruns de Educação de Jovens e Adultos vêm assumindo estreita responsabilidade” (op. cit., p. 22).

A pesquisadora refere-se ao Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), originário do Decreto n. 5478 de 24 de junho de 2005. Esse decreto revela a decisão governamental de atender à demanda de jovens e adultos pela oferta da educação profissional técnica de nível médio da qual, em geral, são excluídos. Bem como, em muitas situações, do próprio ensino médio (MOURA, 2006a), cabendo inicialmente à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, ser o local privilegiado para o oferecimento da modalidade Educação de Jovens e Adultos integrada à educação profissional. Isso ocorre face algumas instituições da Rede em referência já terem experiências nesse âmbito com jovens e adultos, ampliando-se posteriormente também para os estados e municípios.

Essa proposta tem sido bastante polêmica no sentido de ser apenas mais um programa. Para Machado (2006) ela ganha significação nesse contexto atual de mudanças paradigmáticas e de busca da universalização da educação básica. E de ampliação de oportunidades de qualificação profissional e de perspectivas de continuidade de estudos em nível superior a um público portador de escolaridade interrompida, fator limitador das chances de melhor inserção social e no mundo do trabalho.

Nessa direção Moura (2006a, p. 8) afirma ser necessária uma política de estado que deve ser levada:

[...] a cabo para os adolescentes egressos do Ensino Fundamental e que, em geral, freqüentam um ensino médio que carece de significado porque, entre outros aspectos, não tem caráter de terminalidade, constituindo apenas uma ponte ente o Ensino Médio e o ensino superior para poucos que logram alcançar esse nível de educação.

A implantação do PROEJA provoca um duplo desafio. Primeiro, o enfretamento da descontinuidade que é a marca registrada da Educação de Jovens e Adultos e o segundo é porque abre espaço para a interlocução entre a Educação de Jovens e Adultos, Educação Básica e Educação Profissional. No campo da Educação de Jovens e Adultos, essas são categorias que dialogam ainda de forma muito tímida, nas poucas iniciativas que existem no nosso país. Como bem afirma Moura (2006b, p. 44.):

[...] nas instituições que atuam na educação profissional e tecnológica (EPT) - tanto na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica formada pelos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), Escolas Técnicas Federais (ETFs), Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs) e escolas técnicas vinculadas às universidades federais - como nos sistemas estaduais e nas redes nacionais de formação profissional que integram o Sistema S, não existe uma linha

de ação especificamente, voltada para a modalidade Educação de Jovens e Adultos, embora algumas delas tenham muitos jovens e adultos como alunos.

Outro aspecto considerado muito importante destacado por Moura (2006a, p.10), na questão da organização pedagógica no desenvolvimento de um projeto desse porte, é o de assumir a Educação de Jovens e Adultos como um campo de conhecimento específico, o que implica em investigar, entre outros aspectos as reais necessidades dos sujeitos alunos, e como eles:

[...] produzem/produziram os conhecimentos que portam, suas lógicas, conhecimentos prévios produzidos no seu estar no mundo àqueles disseminados pela cultura escolar, como interagir com os sujeitos de conhecimento, com os sujeitos professores, nessa relação de múltiplos aprendizados.

Nesse sentido é importante também analisar o papel do sujeito professor de Educação de Jovens e Adultos, suas práticas pedagógicas, seus modos próprios de reinventar a didática cotidiana, desafiando-o a novas buscas e conquistas. Daí a importância da formação continuada para os professores que optam por essa modalidade. É também importante inserir o professor no processo de aprender por toda vida. A formação inicial nas Universidades Brasileiras, ainda é, por demais, tímida na preparação dos professores para atuarem na Educação de Jovens e Adultos e na Educação Profissional. O MEC já reconhece esse movimento histórico internacional, como a V Conferência Internacional da Educação de Adultos – V CONFINTEA, realizada em Hamburgo – Alemanha, na luta em defesa da formação do professor.

Freitas (2005), afirma ser de grande importância estreitar a interlocução com os Cursos de Licenciatura no sentido de contemplarem a formação específica desses profissionais de forma que, eles tenham acesso a saberes gerais e específicos e nesse último seja inserida a Educação de Jovens e Adultos.

Por isso, o Capítulo VI da Lei n. 9.394/1996, que contém seis artigos, intitulado: “Dos profissionais da Educação”, no artigo 61 afirma a necessidade da formação dos profissionais da educação, atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino, e às características de cada fase do desenvolvimento do educando.

Essa realidade sobre a formação dos educadores da Educação de Jovens e Adultos justifica as duas preocupações importantes do governo federal, na implantação do PROEJA: a) realização de 15 cursos de pós-graduação lato sensu, nos diversos estados brasileiros e prevendo outros, utilizando a modalidade do ensino a distância. Para Machado (2006) espera-se que os docentes desses cursos sejam formados para cooperar na construção desse novo campo conceitual, pois esse espaço de sala de aula, que é fundamental, está também, sendo aproveitado para a discussão coletiva dos problemas, dificuldades, socialização das soluções e alternativas que possam ser encontradas; e b) as instruções para apresentação de Projetos do Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos (PROEJA-CAPES/SETEC) por meio do edital n. 03/2006, que dentre os objetivos pretendidos, ressaltamos a formação de recursos humanos pós-graduados (stricto sensu) em educação profissional integrada a Educação de Jovens e Adultos (grifo nosso), contribuindo para desenvolver e consolidar o pensamento brasileiro na área, em foco.

Pimenta (2002) argumenta que, apesar das profundas transformações que ocorreram, e estão ocorrendo e ocorrerão nas políticas educacionais e na opinião de muitas pessoas, o professor é, e sempre será, a peça fundamental na aprendizagem, de forma específica, e no desenvolvimento da sociedade de forma geral. Para isso é necessário que ele seja bem formado e esteja em constante formação. Razão pela qual a formação inicial e continuada deve ser compreendida não como custo/despesa, mas deve ser entendida como investimento pessoal, profissional, institucional, público, político, social e econômico. Portanto, investimento que deve ter a participação de todos, pois os benefícios são extensivos a todos os participantes do processo.

Frisa Demo (2002) ser importante afirmar que é direito do professor e dever do estado proporcionar as condições favoráveis de formação completa, apropriada para enfrentar os grandes desafios de uma sociedade em constantes e profundas transformações.

Neste último registro enfatizamos aos leitores, sejam eles: pesquisadores, professores, diretores, coordenadores pedagógicos e alunos, a nossa esperança que a perspectiva da Educação de Jovens de Adultos está bem próxima de tornar-se um campo de política pública. E que envolverá desde a alfabetização ao ensino médio, sendo este integrado e profissionalizante, não no sentido da qualidade total, onde a educação passa a ser ampla e de livre mercado, proposta ainda defendida pelo discurso neoliberal, como solução para os problemas educacionais. E sim no sentido daqueles que contestam a ideologia da qualidade total, que defendem uma educação centrada na pessoa humana como os pesquisadores Gentili (2000), Frigotto (2000), Enguita (1996), Silva (1999), dentre outros.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL – Ministério da Educação/ Conselho Nacional de Educação. LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – n. 9394 de 1996.
- BRASIL, Congresso Nacional. Decreto n. 5478 de 24 de junho de 2005.
- Constituição Federal do Brasil. Brasília, 1988.
- DECLARAÇÃO de Hamburgo e Agenda para o Futuro – V CONFINTEA. Hamburgo (Alemanha), 1997
- DEMO, Pedro. Professor e seu direito de estudar. In: SHIGUNOV NETO, Alexandre e MARCIEL, Lizete Shizue Bomura (Orgs.). *Reflexões sobre a formação de professores*. Campinas: Papirus, 2002.
- DI PIERRO, Maria Clara. Um balanço da evolução recente da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. *Revista de Educação de Jovens e Adultos – alfabetização e cidadania*. n. 17, São Paulo: RAAAB, maio de 2004.
- ENGUITA, Mariano Fernandez. O discurso da qualidade e a qualidade do discurso. In GENTILI, Pablo; SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs.). *Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas*. 4 ed. Petrópolis: Vozes. 1996.
- FÁVERO, Osmar. Lições da história: os avanços de sessenta anos e a relação com as políticas públicas de negação dos direitos que alimentam as condições do analfabetismo no Brasil. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa e PAIVA, Jane (Orgs.). *Educação de Jovens e Adultos*. Rio de Janeiro: DPeA, 2004.
- FREITAS, Marinaide Lima de Queiroz. O papel da didática na Educação de Jovens e Adultos. In: MOURA, Tânia Maria (org.). *A formação de professores(as) para a Educação de Jovens e Adultos em questão*. Maceió: EDUFAL, 2005.
- GENTILI, Pablo. (Org.). *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MACHADO, Lucilia. PROEJA: O significado socioeconômico e o desafio da construção de um currículo inovador. In: Secretaria de Educação a Distância/MEC EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:

formação técnica integrada ao ensino médio. Boletim n.16, Programa Salto para o Futuro. Rio de Janeiro, setembro de 2006.

MARCIEL, Lizete Shizue Bomura (Org.). *Reflexões sobre a formação de professores*. Campinas: Papirus, 2002.

MOURA, Dante Henrique. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: Formação técnica integrada ao ensino médio. In: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: formação técnica integrada ao ensino médio. Boletim n.16, Secretaria de Educação a Distância/MEC. Programa Salto para o Futuro. Rio de Janeiro, setembro de 2006a.

\_\_\_\_\_. O PROEJA e a rede federal de educação profissional e tecnológica. In: Secretaria de Educação a Distância/MEC. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: formação técnica integrada ao ensino médio. Boletim n.16, Programa Salto para o Futuro. Rio de Janeiro, setembro de 2006b.

MOURA, Tânia Maria de Melo. *A prática pedagógica dos alfabetizadores jovens e adultos: Contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky*. 3ed. Maceió: EDUFAL, 2004.

PAIVA, Jane. Histórico de EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS no Brasil: descontinuidades e políticas públicas insuficientes. In: Secretaria de Educação a Distância/MEC EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: formação técnica integrada ao ensino médio. Boletim n.16, Programa Salto para o Futuro. Rio de Janeiro, setembro de 2006.

PIMENTA, Selma Garrido. *De professores, pesquisadores e didática*. Campinas: Papirus, 2002.

SANTOS, Simone Valdete dos. O PROEJA e o desafio das heterogeneidades. In: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: formação técnica integrada ao ensino médio. Boletim n.16, Secretaria de Educação a Distância/MEC. Programa Salto para o Futuro. Rio de Janeiro, setembro de 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu e GENTIL, Pablo (Orgs.). *Escola S.A. quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo*. 2. ed. Brasília: CNTE, 1999.